



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Ao

Professor ROBERTO BANDEIRA ACCIOLY  
Presidente do Conselho Estadual de Cultura

Senhor Presidente,  
Senhores Conselheiros,

A Secretaria de Estado de Cultura tem o maior interesse de comunicar ao Conselho de Cultura do Estado as razões da demissão do Professor GOLDBERG da direção da Escola de Artes Visuais que exercia por indicação do Secretário de Cultura e nomeado pelo Governador do Estado.

A designação do Professor GOLDBERG para a direção da Escola foi o resultado de uma sugestão do Conselheiro CARLOS SCLIAR, Presidente da Associação dos Amigos da Escola de Artes Visuais.

A Secretaria teve de vencer a forte resistência de certos setores que se manifestaram contra a escolha do Professor GOLDBERG para a direção da Escola, que o consideravam um conservador reacionário.

Durante o tempo em que o Professor GOLDBERG esteve na direção da Escola de Artes Visuais procurou manter-se afastado da Secretaria de Cultura. Nunca enviou um relatório de suas atividades. Nunca prestou nenhum esclarecimento de suas realizações. Nunca respondeu nenhum pedido de informação feito pela Secretaria. Prometia a fazê-lo mais jamais cumpriu com sua palavra. A Secretaria desco -



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

2.

nhece quantos professores tem a Escola, desconhece o número dos alunos. Não sabe qual é o salário dos professores nem quanto os alunos pagam pelos seus estudos. Tudo isto é desconhecido bem como os eventos realizados pelo Professor GOLDBERG que nunca foram levados à aprovação da Secretaria.

A Escola de Artes Visuais passou a existir como um órgão' à parte sem nenhum vínculo com a Secretaria e o Governo.

A comunidade do Jardim Botânico moveu uma ação judicial contra a Escola de Artes Visuais e a Secretaria de Cultura, alegando entre várias acusações, que era aplicada a moto -serra para a derrubada indevida e criminosa de muitas árvores.

A Promotoria do Estado intimou a Secretaria de Cultura a prestar esclarecimentos e apresentou o Plano de Manejo estipulando o prazo de quinze dias para apresentar as justificativas. O Professor GOLDBERG não enviou à Secretaria os elementos de defesa a fim de refutar as acusações de que era alvo. A Promotoria estabeleceu o prazo de quinze dias para cumprir as exigências judiciais. O Professor GOLDBERG respondeu que só poderia fazê-lo no prazo de setenta dias.

Desta forma, o Professor GOLDBERG, além de se colocar acima da Secretaria e do Governo, colocava-se acima do Poder Judiciário.

Diante destes fatos, de absoluta incompatibilidade do Pro



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

3.

fessor GOLDBERG com a administração pública, ele foi exonerado do cargo de Diretor da Escola de Artes Visuais.

Com grande surpresa dos órgãos administrativos o Professor GOLDBERG se colocou em férias por conta própria sem o conhecimento do Departamento de Pessoal e viajou para o estrangeiro sem a autorização do Estado devidamente publicada no Diário Oficial. Nenhum funcionário público pode afastar-se do país sem permissão do Governador. O desrespeito desta exigência legal já é um motivo de justa demissão.

Após demissão do cargo de Diretor da Escola de Artes Visuais, foi levado um documento por professores, alunos e artistas. O primeiro signatário foi o Conselheiro CARLOS SCLIAR.

Neste documento afirmava-se que a demissão do Professor GOLDBERG foi um ato arbitrário e que ele fora indicado para a direção da Escola de Artes Visuais pelos professores e alunos dessa Escola. Esta afirmativa era inteiramente falsa, pois o Professor GOLDBERG fora indicado apenas pelo Conselheiro CARLOS SCLIAR, Presidente da Associação de Amigos da Escola de Artes Visuais e indicado para o Conselho Estadual de Cultura.

É claro que a demissão do Professor GOLDBERG não foi um ato arbitrário e, portanto, ilegal. Se fosse um ato arbitrário o Professor GOLDBERG poderia recorrer à justiça e pedir uma liminar para a sua reintegração. Não o fez porque não era nenhuma arbitrariedade no ato de sua demissão. Apenas ele perdeu a confiança do Secretário de Cultura e do Governador do Estado que assinou a sua exoneração.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

4.

Na realidade, dentro da ética, o Professor GOLDBERG era quem deveria ter pedido exoneração porque exercia um cargo de comissão e perdera a confiança do Secretário e do Governador.

Assim julgo-me no dever de levar ao conhecimento do Conselho os motivos reais da exoneração do Professor GOLDBERG da direção da Escola de Artes Visuais. A única e verdadeira crítica que se poderia fazer a Secretaria é a de não o ter exonerado há mais tempo, o que foi sem dúvida um ato de excessiva tolerância.

Qualquer dúvida que permaneça no Conselho a Secretaria de Cultura estará disposta a esclarecer.

A verdade é a verdade. A lógica é a lógica. Ninguém pode fugir da lógica e da verdade.

A Secretaria está certa de que não poderia agir de outra maneira <sup>da</sup> que agiu. Não se trata de caso pessoal. Não se trata de caso político. Trata-se de um caso administrativo que talvez seja seguido de outras providências e de outros atos, se forem necessários.

Assinatura manuscrita de Edmundo Moniz, escrita em tinta preta, com uma longa traço decorativo à direita.

EDMUNDO MONIZ

Secretário de Estado de Cultura